

# A FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES SOB CONTROLE DOS EMPRESÁRIOS: O CASO DO PROEJA NO MARANHÃO

Lícia Cristina Araújo da Hora

Mestre/IFMA

liciadahora@ifma.edu.br

## RESUMO

O artigo apresenta o contexto da criação do PROEJA e das transformações instituídas pelo processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Assim, propõe-se compreender os limites e possibilidades de implantação deste programa no IFMA, nos municípios de Açailândia e Buriticupu, considerando que a primeira fase da expansão está diretamente ligada às atividades produtivas da rota da Estrada de Ferro Carajás. Demonstra-se como se institui trajetórias subordinadas de qualificação profissional por meio da pedagogia do capital-imperialismo, estreitando-se a relação pública e privada em atendimento às demandas da Vale para o interior do IFMA, incorporando as propostas industriais à formação dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Expansão da educação profissional. Qualificação Profissional. PROEJA.

## ABSTRACT

*The article presents the context of the creation of PROEJA and the transformations imposed by the process of expanding the Federal Technological Education Network. Thus, it is proposed to understand the limits and possibilities of implementing this program in IFMA, in the municipalities of Açailândia and Buriticupu, considering that the first phase of expansion is directly linked to the productive activities of the Carajás Railroad route. It is shown how professional qualification subordinate trajectories are established through the pedagogy of capital-imperialism, narrowing the public and private relationship for meeting the demands of the Valley into the IFMA, incorporating the industrial proposals in the training for workers.*

**Keywords:** Expansion of professional education. Professional Qualifications. PROEJA.

## Introdução

Este artigo visa analisar a formação de jovens e adultos trabalhadores a partir do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Desse modo, o objeto do presente estudo foi definido considerando o contexto da criação do PROEJA e das transformações dos Institutos Federais definidas pelo processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Busca-se expor as contradições do processo de implantação do PROEJA no Instituto Federal do Maranhão - IFMA, nos municípios de Açailândia e Buriticupu, considerando que a primeira fase da expansão está diretamente ligada às atividades produtivas na rota da Estrada de Ferro Carajás, pertencente à Empresa Vale, que liga a região Carajás ao Porto da Madeira, em São Luís. Busca-se compreender a atual tendência para formação de jovens e adultos trabalhadores, cujo discurso governamental pauta-se nos princípios do trabalho, da ciência e da tecnologia. Para entender a formação dada aos trabalhadores dentro dos pilares explicitados, recorre-se a Marx (2012), o qual destaca que a diferença do monopólio da alta tecnologia pelos países avançados e a reprodução da ciência e da tecnologia pelos países periféricos se estrutura a partir da execução do trabalho complexo e do trabalho simples. Desse modo, as formas atuais de qualificação visam, para os trabalhadores, uma funcionalidade no mercado, que é a de serem integrados de modo precarizado, ou de serem “incluídos para serem subordinados” (FONTES, 2010).

O processo de expansão do grande capital (CVRD/Vale), no Maranhão e Pará, fortaleceu a inserção da Amazônia no processo na economia transnacional, sob a hegemonia norte-americana, pela qual, nesses espaços locais, o “moderno e o atrasado” entrelaçaram-se, dando forma e conteúdo ao desenvolvimento de regiões da América Latina: desigual e combinado. “Com ênfase no mercado mundial desde o seu surgimento em 1985, a CVRD constituiu sua força de trabalho [...] e constituiu um amplo exército industrial de reserva ao longo do complexo mina-ferrovia-porto” (MORAIS, 2007, p.19). Para Moraes (2007), a empresa Vale é a maior expressão das exigências do grande capital no Maranhão.

O município de Açailândia está localizado na região da Pré-Amazônia, no sudoeste do Maranhão, tem uma população estimada em 104.013 mil habitantes e seu IDH corresponde a 0,666. O Maranhão ocupa o segundo lugar da federação, com a média de 0,683 em IDH. A média do Brasil equivale a 0,718. O nível de escolaridade dos trabalhadores em empregos formais, segundo dados do Relatório do Perfil da Região dos Carajás (2007), concentra-se em 14,48%, com 5º ano incompleto do Ensino Fundamental; 11,64% com Ensino Médio completo. A taxa de analfabetismo do município, para maiores de 14 anos, é de 24,9%. A cobertura de atendimento total de água encanada em domicílios é de 45% de atendimento. A cidade de Açailândia ocupa

atualmente o segundo lugar no *ranking* das cidades que mais contribuem com o PIB do Maranhão. Porém, a riqueza produzida pela movimentação da siderúrgicas na região não se converte em benefícios sociais.

O município de Buriticupu<sup>1</sup> está situado a 520 km de São Luís, à margem da BR 222, pela frente da Ferrovia Carajás. Possui 65.226 mil habitantes. O salário médio dos trabalhadores em empregos formais está em torno de R\$ 361,77 na indústria de transformação, alcançando o rendimento de R\$ 602,77 no setor de serviços. O setor que mais emprega é o serviço público, seguido do setor de comércio. Em terceiro lugar está o setor de agropecuária e em quarto, o setor de serviços. O percentual do nível de escolaridade dos trabalhadores em empregos formais, de acordo com Relatório do Perfil da Região dos Carajás (2007), concentra-se em 36,6% com Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano incompleto e 20,45% com Ensino Médio completo. A taxa de analfabetismo da população com idade de 14 anos é de 38,7%, bem acima da média do Maranhão que é de 27,1%. O IDH no município é de 0,595. A cobertura de atendimento total de água encanada em domicílios é de 14% de atendimento.

Conforme Carneiro (1995) desde o final da década de 1980, quando as empresas siderúrgicas guseiras começaram a se instalar na região dos Carajás, por processo de incentivos e isenções fiscais e favorecimento de políticas governamentais<sup>2</sup>, foi possível identificar setores econômicos que foram favorecidos com a possibilidade de investir nessa região. Nesse sentido, podem ser citadas as empresas Camargo Corrêa Metais, Construtora Brasil e grupos guseiros de Minas Gerais (ITAMINAS, Valadares, Gusa Nordeste). O avanço de empresas guseiras continuou nos anos de 1990 para a região do Pará e Maranhão. Assim, grupos siderúrgicos de Minas Gerais, tais como Itaminas e Ferroeste, e empresas de construção civil (Construtora Brasil, Rodominas, Odebrecht, Queiroz Galvão, Gerdau) instalaram-se na região.

## **O PROEJA e a estratégia de controle da formação da classe trabalhadora**

O PROEJA foi concebido e executado no âmbito do Ministério da Educação, sob tutela da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)<sup>3</sup>, por meio do Decreto n.º 5.840/2006. O programa visa atender pessoas com idade mínima de 18 anos, sem limite de idade máxima para

<sup>1</sup>A produção de carvoejamento expandiu-se na área de influência da estrada de Ferro Carajás. O município de Buriticupu é hoje um dos principais produtores de carvão vegetal.

<sup>2</sup>II PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), PGC (Programa Grande Carajás), SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

<sup>3</sup>De acordo com a (SETEC/MEC) para a garantia da funcionalidade adequada do programa, estava em sua concepção a oferta de Programas de especialização em Educação de Jovens e Adultos como modalidade de atendimento no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; articulação institucional com vista a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do PROEJA; fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, Ensino Médio e educação profissional (BRASIL, 2007b).

o ingresso. O programa abrange duas formas de oferta<sup>4</sup>: formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

O PROEJA foi apresentado no âmbito do MEC como uma alternativa inovadora e revestida de sucesso à qualificação e elevação da escolaridade dos trabalhadores. Após sete anos de sua implantação, já se pode afirmar<sup>5</sup> que a média de evasão do programa repete a marca histórica de oferta para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Todavia, quatro aspectos podem ser destacados no tocante às ofertas dos cursos, especialmente no Maranhão, no qual a oferta iniciou no ano de 2008: 1) Persistências das taxas de evasão, situando-se acima de 45%; 2) Concepção para formulação dos projetos de cursos, sem considerar as especificidades do grupo atendido, em sua maioria trabalhadores e justaposição curricular dos conteúdos de formação geral e formação profissional; 3) Ausência de uma política permanente de formação de professores para qualificação específica para o atendimento da referida modalidade de ensino; 4) Ofertas de cursos para os trabalhadores que buscam a incorporação do trabalho simples para o exercício de atividades laborais que demandam conhecimentos de menor complexidade.

O que se observa no que tange à oferta de cursos nos Institutos Federais é que ocorre hoje uma grande diversificação de ofertas, convertendo-se nos mais variados tipos de programas de qualificação profissional, o que se constitui em políticas focais incentivadas pelo governo. A diversidade de ofertas resulta em cursos de curta duração, aligeirados e que “pouco ou nada acrescentam a formação plena dos jovens e adultos trabalhadores” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 32).

Conforme destacado por Rummert, Algebaile e Ventura (2012), criou-se uma positividade no discurso da democratização à escola nos anos 2000. Contudo, essa falsa imagem reflete no que as autoras denominam de *democratização de acesso* a todos os níveis de certificação, “mantendo-se a diferença qualitativa entre os percursos da classe trabalhadora e os das classes dominantes” (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2012, p. 39). Para estas autoras, a variação de ofertas educacionais em formas desiguais e combinadas produz “uma miríade de ofertas de elevação de escolaridade/formação profissional/certificação” (*op. cit.*), fortalecendo as estratégias da pedagogia do capital-imperialismo<sup>6</sup>, por meio da “fantasia de que a efetiva

<sup>4</sup>A oferta do PROEJA abrange três níveis: 1) Ensino Médio de forma integrada ou concomitante; 2) Formação inicial e continuada para quem já concluiu o ensino médio; 3) Formação inicial e continuada com ensino fundamental para aqueles que já concluíram a primeira fase dessa etapa de escolarização.

<sup>5</sup>Dissertações e respectivos estados em que foram constatados altos índices de evasão do PROEJA: Adriana ALMEIDA (2009) (PR); Dirney BONOW (2010) (RS); Edna VIEIRA (2009) (RJ); Flávia DEBIÁSIO (2010) (PR); Lauri MARCONATTO (2009) (SC); Elaine ARAÚJO (2012) (MA); Silvana BONFIM (2012) (BA). Também, encontramos registro de inúmeros artigos que fazem menção aos dados de evasão do PROEJA.

<sup>6</sup>De acordo com Virgínia Fontes (2010) capital imperialismo é a forma modificada do imperialismo vigente no tempo de Lênin. A autora (*idem*) destaca três características do capital -imperialismo: predomínio do capital monetário, expressando a pura propriedade capitalista e seu impulso avassalador (*ibidem*, p. 146).

democracia chegou à educação escolar” (*op.cit.*).

Sendo assim, a pedagogia do capital-imperialismo altera o binômio ingresso/não ingresso na escola, possibilitando ao trabalhador o acesso pelos fundos a uma escola “em vias formativas diferenciadas que, de forma desigual e combinada, visa aproximar-se da universalização de índices de escolaridade, sem universalizar condições de permanência e sucesso, nem padrões socialmente referenciados” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2012, p. 42). Para as autoras Rummert; Algebaile; Ventura (2012), esta é a marca fundamental da dualidade estrutural de novo tipo, produzir uma multiplicidade de oportunidades formativas, porém de forma subordinada, garantindo o acesso “pelos fundos” a um tipo de ensino aos trabalhadores, e o acesso “pela frente” ao ensino socialmente referenciado a um público distinto de aluno.

De acordo com as autoras (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2012) a dualidade estrutural de novo tipo organiza-se em três grandes grupos que compõem uma variada forma de oferta educacional, da qual se destaca: o 1º grupo, que diz respeito a programas dirigidos à ampliação do ingresso, reinserção, permanência e conclusão da escolarização regular obrigatória; o 2º conjunto de programas, que refere-se a cursos e programas dirigidos à ampliação da escolaridade de jovens e adultos e; finalmente o 3º agrupamento, que é constituído por programas de financiamento educacional que vem influenciando significativamente na expansão de vagas e na multiplicidade de vias formativas no Ensino Médio, na educação profissional e no Ensino Superior.

Entre os programas ofertados no Instituto Federal do Maranhão<sup>7</sup> em parcerias com o MEC e com empresas da iniciativa privada, cujas características vinculam-se mais ao segundo grupo especificado anteriormente, destacam-se: o PROEJA, PROEJA FIC<sup>8</sup>, Programa Mulheres Mil<sup>9</sup>; o Programa Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede Certific<sup>10</sup>, o Programa de Formação de Recursos Humanos<sup>11</sup> (PFRH) em parceria com

<sup>7</sup>Sobre os programas de qualificação profissional do IFMA consultar pesquisa de Lícia C. A. da Hora em andamento.

<sup>8</sup>Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e continuada com ensino fundamental.

<sup>9</sup>Instituído pela Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável - está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. De acordo com informações do MEC o objetivo do programa é a formação educacional, profissional e tecnológica, que permita elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade (Fonte: portal.mec.gov.br).

<sup>10</sup>Criado por meio da portaria nº 1.082, de 20 de novembro de 2009, a Rede Nacional de Certificação Profissional e formação Inicial continuada - Rede Certific é um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida.

<sup>11</sup>Objetivo ampliar e fortalecer a formação de recursos humanos voltados ao atendimento da demanda por profissionais qualificados na indústria de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis. Sua linha de atuação é em nível técnico e nível superior. O programa prevê pagamento de bolsas para alunos de nível técnico e nível superior e para pesquisadores. A bolsa de aluno em nível técnico é de R\$ 350,00, para graduado este valor passa a ser R\$ 450,00, para aluno de Mestrado o valor equivale a R\$ 1.248,00 e de Doutorando os valores são de R\$ 1.840,50 e R\$ 2.278,20. Também há bolsas de financiamento para coordenadores e subcoordenadores de pesquisa nos valores de R\$ 1.254,00 para o primeiro e 1.254,00 para o segundo. A bolsa para pesquisador visitante é de R\$ 5.200,00.

a Petrobrás; o Programa de Formação Profissional (PFP) em parceria com a Vale; o Programa da Indústria Nacional do Petróleo<sup>12</sup> (PROMIMP) em parceria com a Petrobrás; o Programa Saberes da Terra- Brasil Alfabetizado e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária<sup>13</sup> (PRONERA). O programa Universidade Aberta Brasil (UAB), destina-se a ampliação das vagas do ensino superior, por meio da educação à distância; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)<sup>14</sup>; Programa Brasil Escola Técnica Aberta do Brasil (ETEC Brasil) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico<sup>15</sup> (PRONATEC) compõem o terceiro agrupamento, formado por “programas de financiamento educacional que vem influenciando significativamente na expansão de vagas e na multiplicação de vias formativas no Ensino Médio, na educação profissional e no ensino superior”, conforme análise de (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2012, p. 51).

O IFMA possui treze programas que atendem às mais diferentes classes sociais. A qualidade do ensino se diferencia conforme a forma de oferta. Os programas buscam fundamentalmente atender a jovens e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Sob a promessa de progresso econômico, desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida, obtenção de emprego, as ofertas educacionais produzem uma ideologização da educação que busca obter “o consentimento ativo dos governados” por meio da promessa da ascensão social e da empregabilidade com a obtenção da qualificação profissional (GRAMSCI, 1995).

O que se pode observar por meio desta pesquisa é que o governo Luís Inácio Lula da Silva apresenta como marca do governo a multiplicação de programas que se entrelaçam, estabelecendo dependência entre si, garantindo com efetividade o controle dos trabalhadores nas mais variadas frentes de políticas focalizadas (saúde, habitação, renda, moradia e educação). As políticas focais alastraram-se no âmbito dos Institutos Federais, conjugando para seu interior o papel de: integração social, empregabilidade e assistencialismo.

---

<sup>12</sup>O PROMIMP foi criado em 19 de dezembro de 2003, através do Decreto nº 4.925. O Programa foi criado com o objetivo de ampliar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de investimentos do setor de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior.

<sup>13</sup>O Pronera foi criado pela portaria nº 10 de abril de 1998. Os níveis de ensino de abrangência do programa são: Educação de Jovens e Adultos; Educação Básica; Ensino Médio e Técnico Profissionalizante E Educação Superior. A presença do PRONERA no IFMA se dá, sobretudo nos Campi que constituíram as antigas Escolas Agrotécnicas.

<sup>14</sup>Criado por meio do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES.

<sup>15</sup>O PRONATEC pela Lei nº 12.513/2011, de 26 de Outubro de 2011. O programa, segundo o discurso do MEC, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos. Os destaques do Pronatec são: a criação da Bolsa-Formação; a criação do FIES Técnico; a consolidação da rede E-Tec Brasil (rede Técnica Aberta do Brasil); fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado; a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT). O FIES Técnico é o financiamento para alunos que buscam cursos profissionalizantes em Instituições privadas, conforme já ocorre em nível superior. (Fonte: [www.mec.gov.br/pronatec](http://www.mec.gov.br/pronatec)).

*A formação de jovens e adultos trabalhadores sob controle dos empresários: o caso do PROEJA no Maranhão*

**QUADRO 1** - Diversidade de ofertas formativas para os trabalhadores no IFMA

PROGRAMAS	PARCERIAS*	PÚBLICO ALVO
Mulheres Mil	SETEC/ MEC,IFs, Canadá	Mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano.
PFRH	Petrobrás	Jovens e adultos para atuarem na Indústria de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustível.
PFP	Vale	Jovens e adultos que procuram carreira técnica e desejam trabalhar nas áreas operacionais.
PROMIMP	Petrobrás	
PRONATEC	MEC, Ifs	Jovens e adultos entre 16 e 59 anos cadastrados em situação de extrema pobreza ou beneficiários do Bolsa Família e do BPC**.
PROCAMPO	SECADI/MEC	Educadores que atuam na educação básica do campo e que não possuem formação de nível superior em Licenciatura Plena.
Programa Saberes da Terra – Brasil Alfabetizado	SECADI/MEC	Educadores de educação básica; educadores de qualificação profissional
PROEJA	SETEC/MEC	Egressos do ensino fundamental.
PROEJA – FIC	SETEC/MEC	Egressos do Sistema Prisional de São Luís-MA
Projeto de Formação Continuada PROJovem Campo/ Saberes da Terra	SECADI/MEC	Educadores de educação básica; educadores de qualificação coordenadores de turma que atuarão no Projovem Campo no estado do Maranhão.
E-TEC Brasil	SETEC/MEC	Egressos do ensino fundamental.
UAB	SESU/MEC	Egresso do ensino médio.
PARFOR	CAPES/SEDUC	Professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada.
<p>* Siglas da coluna parcerias: Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMAs); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); Secretaria de Educação Superior (SESU); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (SEDUC).</p> <p>** BPC – Benefício de Prestação Continuada.</p>		

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e Pró-Reitoria de extensão (PROEX) do IFMA. Quadro elaborado pela autora.

Entre os programas apresentados, aqueles que possuem maior capilaridade na rota Carajás nos Campi em estudo são: PROEJA, Programa Mulheres Mil e o PRONATEC. A perspectiva do empreendedorismo é a marca pedagógica destes currículos dos cursos. Os alunos são estimulados a serem empreendedores da sua subsistência, a se organizarem de modo induzido, por meio do trabalho associado ou cooperativado. Entre as finalidades do IFMA é possível destacar no parágrafo VIII “Realizar e estimular a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (PDI, 2009-2013, p. 24).

Para José Paulo Netto (2010) a face mais contemporânea da barbárie no Brasil apresentou-se no governo Luís Inácio Lula da Silva por meio da articulação da repressão aos pobres com a minimização dos programas de combate à pobreza. Podemos destacar que a diversidade de programas de elevação da escolaridade e de qualificação profissional para os jovens e adultos trabalhadores inscrevem-se no quadro de programas de compõem a face contemporânea da barbárie. Os programas mapeados no IFMA, em sua maioria presentes em todos os Institutos Federais, revelam a face evidente da barbárie. Vários programas direcionam-se para grupos de baixa renda, vulneráveis socialmente, em situação de pobreza extrema e beneficiários do bolsa-família, configurando-se como estratégias de sobrevivência no precário mundo do trabalho.

Observa-se, no conjunto de ofertas educacionais, a forte presença do atendimento às demandas das empresas Vale e Petrobrás. O fortalecimento da relação público/privado conduz, com muita intensidade, para o interior da escolar, as demandas da empresa. Isto é realizado tanto para cursos de nível técnico, quanto cursos de nível superior. No ano de 2012 ocorreu a parceria do IFMA e da Vale na oferta de uma Especialização em Nível Superior, na área de Ferrovia e uma Especialização em Nível Técnico, na área de Manutenção Industrial. A partir do ano de 2013, a Vale iniciou a oferta de Mestrado em Recursos Naturais em Regiões Tropicais, com 20 vagas. O estreitamento das relações de empresas como a Petrobrás e a Vale com Instituições Educacionais da Rede Federal consolida o “télus competitivo” (RODRIGUES, 1998) no âmbito do IFMA, incorporando as propostas industriais à formação humana. O processo de privatização do conhecimento e de mercantilização dessa mercadoria pelas empresas contribui para o aprofundamento da subsunção real do trabalhador ao capital, por meio do controle intensivo do processo de sua formação.

## A formação dos trabalhadores sob a tutela dos empresários da rota Carajás

O Maranhão, até 2006, contava apenas com uma UNED<sup>16</sup> do CEFET no interior do estado e uma Escola Agrotécnica na cidade de Codó. Na capital, a Rede Federal estava contemplada com um CEFET, uma Escola Agrotécnica e um Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão. Após vinte anos da criação da Unidade de Imperatriz, em 2007, com o projeto de expansão da rede de educação profissional, no Maranhão obtêm mais duas UNEDs, nas cidades de Buriticupu e Zé Doca. Em 2008, sob a égide Lei n.º 11.892/08, a

<sup>16</sup>UNED – Unidade Descentralizada de Ensino, após novo desenho reforma da Rede de Educação Profissional as UNEDs passaram a ser chamadas de Campus.

## *A formação de jovens e adultos trabalhadores sob controle dos empresários: o caso do PROEJA no Maranhão*

expansão da educação profissional atingiu as cidade de Santa Inês, Açailândia e São Luís, com mais três Campi. O conjunto de cinco novos Campi da rede de educação profissional no Maranhão constituiu a primeira fase de expansão no estado. Assim, ficou organizada na primeira etapa a seguinte ordem: Fase Pré-Expansão: 01 - Campus Codó, 02 - Campus Imperatriz, 03 - Campus Maracanã, 04 - Campus São Luís - Monte Castelo. 1ª Fase da Expansão: 05 - Campus Açailândia, 06 - Campus Buriticupu, 07 - Campus Santa Inês, 08 - Campus São Luís - Centro Histórico, 09 - Campus Zé Doca.

No Plano de Expansão da Rede de Educação Tecnológica é possível apreender a lógica elaborada no âmbito do governo para promover a construção dos primeiros campi nos municípios do Maranhão:

A cidade de Buriticupu tem como principal atração de investimentos o fato de se localizar junto à estrada de ferro Carajás e ser cortada por uma Rodovia Federal que liga a Capital São Luís a Imperatriz, no sul do Estado. Com uma população de 61.657 (IBGE 2003), sua atividade econômica se constitui prioritariamente de dois segmentos: a atividade rural e a urbana (comércio). A atividade econômica concentra-se, por um lado, na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de arroz e feijão, extração de madeira e criação de gado bovino. Por outro lado, destaca-se o comércio e a indústria guseira, localizada na vizinha Açailândia que aproveita sua posição geográfica estratégica para receber o minério de ferro Carajás e fazer a transformação em gusa (PLANO DE EXPANSÃO, 2005, p. 29).

137

Entre as cidades do Maranhão e povoados atravessados pela ferrovia Carajás destacam-se, Vitória do Mearim, Arari, Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré, Mineirinho, Auzilândia, Altamira, Presa do Porco, Nova Vida, Buriticupu, Açailândia, São Pedro da Água Branca e a capital, São Luís. Das cidades mencionadas<sup>17</sup>, quatro compõem o processo da primeira fase de expansão da Educação Profissional: Açailândia, Buriticupu, Santa Inês e São Luís, sendo a capital o destino final, ou seja, porto de embarque do minério destinado ao mercado internacional.

A organização da expansão da educação profissional no estado obedece a dois critérios: o primeiro é o caráter econômico, uma vez que a intencionalidade da expansão é atender a demanda do arranjo produtivo industrial local. No caso da primeira fase da expansão o objetivo foi atender o arranjo produtivo da rota Carajás. Isto pode ser observado com a criação dos Campi Açailândia, Buriticupu, Zé Doca e Santa Inês. O segundo aspecto refere-se ao caráter político, conforme visto na análise de Cunha (2005) ao

<sup>17</sup>As cidades em destaque tornaram-se importantes atrativos para os trabalhadores de várias regiões do Brasil, pois viram no empreendimento Carajás perspectivas concretas de inserção na dinâmica industrial que se iniciava no estado. "A chegada da CVRD no Maranhão criou a expectativa de desenvolvimento = industrialização, inclusive entre os trabalhadores locais e aqueles que chegavam" (MORAIS, 2007, p. 127).

referir-se à expansão das primeiras escolas de Artífices e na análise de Franco (1988), ao referir-se à expansão do PROTEC, no que a autora denominou de expansão de critérios clientelísticos. Essas características são fortemente observadas nos outros dois Campi da primeira fase da expansão, Campus Zé Doca<sup>18</sup> e Campus Centro Histórico<sup>19</sup>, pois primam, inicialmente, com mais ênfase à lógica política. Porém, ambos também atendem a lógica econômica de subordinar à escola às necessidades do eixo produtivo Carajás, ou seja, às demandas do mercado empresarial do minério.

A chegada de Escolas da Rede Federal em cidades clivadas pela marca social da negação do direito à vida, assentadas em terras com permanente violência agrária, sem acesso a direitos básicos para sobreviver, provocaram no imaginário da população a associação imediata entre educação, qualificação profissional, desenvolvimento local, emprego, mobilidade e ascensão social. A expansão do IFMA na rota Carajás integra-se ao determinante econômico, no qual os impactos ambientais, a marginalidade social, a pobreza, a exploração dos trabalhadores, tangenciam as relações políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo o Maranhão no chamado novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo.

É pela rota dos trilhos que o Maranhão se insere na economia internacional. Integrando formas avançadas do capitalismo às formas arcaicas no processo de produção, reflete a elevação acelerada de lucro para a empresa Vale e empresas do ramo da siderurgia e de celulose. Assim, a cadeia produtiva se alimenta com voracidade: do trabalho escravo, do trabalho precarizado, do trabalho infantil, do trabalho terceirizado, do trabalho informal, além de intensificar o desmatamento da Amazônia, por meio do uso predatório dos recursos naturais e ampliar a produção de empregos de baixa qualidade.

Na busca por atender o Arranjo Produtivo Local da região dos Carajás, onde consta a forte presença de empresas de grande porte como a Vale, Alumar, empresas de celulose e siderúrgicas, a expansão do Instituto Federal do Maranhão atende às exigências de qualificação dos trabalhadores

<sup>18</sup>Zé Doca é a cidade onde nasceu o ex-Reitor do IFMA, José Ferreira Costa. Em março de 2012 afastou-se do cargo de Reitor para concorrer ao pleito eleitoral para Prefeitura dessa cidade. O resultado final deu vitória ao candidato Dr. Alberto com 49,08% dos votos, e em terceiro lugar, com 12% dos votos ficou o ex-Reitor.

<sup>19</sup>O Campus Centro Histórico é o único Campus do IFMA que oferta cursos técnicos Integrados a Educação profissional de Artes e o curso de licenciatura em Artes Visuais. O Campus funciona em um prédio no Centro Histórico de São Luís. Desde sua criação ele foi fortemente criticado, com pouca autonomia pedagógica e política, as iniciativas para este campus foram sendo prioritariamente tomadas no âmbito da Reitoria. Atualmente o Núcleo Itaqui Bacanga, onde constam os cursos que atendem as demandas da Vale, está vinculado ao Campus Centro Histórico. Assim, o Campus que foi criado com orientação formativa para as Artes e Cultura, vai sendo sorrateiramente tomado pelos cursos de orientação formativa industrial.

<sup>20</sup>A Vale realiza amanhã, 03 de janeiro, a entrega do prédio do Núcleo Avançado do Anjo da Guarda ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). O novo espaço atenderá cerca de 480 alunos, oferecendo cursos técnicos nas áreas de Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Metalurgia, Mecânica, entre outros" (Fonte: ASSCOM Vale, 2012).

para formação de um trabalhador de novo tipo: polivalente, flexível, empreendedor, com elevada capacidade de adaptação à instabilidade do mercado. Com sólida matriz formativa estruturada na pedagogia das competências, a busca, pela integração curricular reproduz a desintegração da classe trabalhadora, e atende com eficácia às demandas do empresariado para a formação dos trabalhadores que compõe a nova morfologia do trabalho na região dos Carajás. Por outro lado, a maior contradição deste mercado do minério e das guseiras é demandar mão de obra qualificada, quando seu lucro advém da conjugação da mão de obra não qualificada e da intensidade do uso da mão de obra qualificada.

O discurso do novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo

tal como no velho 'desenvolvimentismo', tem necessitado de um elemento político essencial, qual seja: o "apaziguamento" e consentimento dos setores dominados, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas de governo (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 39).

Estas estratégias política de desenvolvimento local conjugam, conforme destaca Fernandes (2008), o arcaico e moderno, funcionando como complemento histórico das diferentes formas das bases capitalistas e como um complemento social necessário para que a burguesia industrial e a burguesia agrária viabilizem o avanço do capitalismo com base no modelo liberal-periférico, viabilizando os determinantes sociais de heteronomia.

As estratégias da pedagogia do capital-imperialismo fortalecem ações pedagógicas para formação de jovens e adultos da classe trabalhadora, que a circunscrevem-se "no âmbito do trabalho simples e trazem claras marcas de uma regulação comprometida com o apassivamento e o controle social" (RUMMERT, 2008, p. 191). Sendo assim, a marca social da escola, conforme Gramsci (1995) produz para cada grupo social formações humanas diferenciadas, cuja trama tem como objetivo fundamental impedir que o trabalhador, de posse do conhecimento elaborado, se torne "pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige" (GRAMSCI, p. 136).

A compreensão do processo de expansão da educação profissional no Maranhão, e a oferta de programas de qualificação exigem o esforço de entendê-las no âmbito da inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, em uma articulação e processos complexos, em que se tem de um lado a reprimarização relativa das exportações – agronegócio e indústria de baixo valor agregado com uso intensivo de mão de obra e recursos naturais, e de outro lado segmentos industriais modernizados pela tecnologia, integrados ou não a redes transnacionais e a grandes grupos econômicos (FILGUEIRAS et al, 2010). Desse modo, buscando minimizar os conflitos com os interesses dos trabalhadores, o governo "incorpora parcialmente as demandas dos setores

subalternos, sem ferir os interesses do grande capital – que compreendeu a oportunidade e a importância de legitimação política” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 64). Assim, as políticas focais e os programas de qualificação profissional pela via das trajetórias subordinadas produzem o consenso ativo dos governados, exigência da governabilidade do capital financeiro.

A expansão da educação profissional, ao buscar atender o Arranjo Produtivo Local (APL), sob domínio do empresariado da região dos Carajás, tornou-se parceira estratégica dos empresários para obtenção do controle da formação dos trabalhadores. A expansão do Instituto Federal do Maranhão representou, sem dúvida, a ampliação do acesso à escolarização em nível médio profissionalizante, destinado a jovens entre 15 a 17 anos.

Contudo, o que se observou é que a trajetória de expansão da escola pública tem como marca social histórica o atendimento à demanda produtiva, a atenuação de crises de caráter social, funcionando como controle social em crises agudas do capitalismo, assim como reproduz no interior da escola a divisão social do trabalho sob o modo de produção dominante. Nesse sentido, cada face da trajetória da expansão da escola pública camufla os reais interesses que marcam o projeto educacional para os trabalhadores, cada vez mais comprometido, como se pode observar nesta pesquisa, com o projeto educacional do empresariado brasileiro, o “télós competitivo”.

## **As políticas focais de qualificação profissional e o alívio à pobreza social no Maranhão**

Nesse conjunto de ofertas formativas que tangencia atualmente o trabalho exercido pelos Institutos Federais, podemos destacar que o PROEJA, conforme destaca Netto (2010), compõe, entre outros programas, a face contemporânea da barbárie e se expressa exatamente no trato que as políticas sociais dos oito anos do governo Luís Inácio Lula da Silva conferiram à questão social. Netto (2010) destaca que para o pensamento conservador, a questão social possui características inelimináveis e se torna uma ação moralizadora que, no máximo, pode ser objeto de uma intervenção política limitada. Fontes (2012) chamou estas intervenções políticas limitadas de *políticas de alívio por gotejamento*.

O mercado siderúrgico da região dos Carajás encontra-se sob controle de grupos empresariais de construtoras. Sobre estas, Fontes (2012) destaca que Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Junior, Queiroz Galvão e OAS iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970. O grupo Gerdau, que iniciou seus investimentos no Maranhão na década de 1980, é a 3ª empresa mais internacionalizada no país. A Empresa Vale está em 7º lugar. Sua atuação tem capilaridade em diferentes continentes do

mundo, atravessando a África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, etc., tornando-se a maior empresa de mineração mundial.

A Empresa Vale emprega 29,9 mil trabalhadores no exterior. Segundo Fontes (2012, p. 346), “a atuação do capital-imperialismo que se intensificou nos últimos anos, tem origens mais remotas, tanto na expansão das empresas, quanto na configuração de uma política de Estado”. Fontes (2012) aponta que o processo de internacionalização das empresas brasileiras vem sendo paulatinamente subsidiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde o governo Sarney (1987-1990). O processo de investimento na internacionalização foi incentivado no governo Lula da Silva, em 2005, quando foi implantada uma linha de crédito para este fim.

De acordo com Fontes (2012), o processo de transnacionalização da economia envolve todo o conjunto da vida social, sobretudo dos países de capitalismo periférico. A expansão do capital internacional ou como melhor pode ser nominada, a expansão do capital-imperialismo “favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas” (FONTES, 2012, p. 339, grifo do autor).

Conforme destaca Fontes (2012), a disseminação das *políticas de contagotas* foi fortalecida no Brasil na década de 1990, quando a intervenção do Banco Mundial nas políticas sociais foi aprofundada em diferentes políticas: educação, saúde, assistência social. Desse modo, disseminou-se “um gotejamento de minúsculas migalhas destinadas às famílias mais carentes” (FONTES, p. 297).

Para melhor eficiência e resultados do empresariamento das massas trabalhadoras, torna-se fundamental para o capital ter “o controle e formação dos trabalhadores” (FONTES, 2012, p. 299). Para atingir os resultados estimados, os empresários convocam a pedagogia do capital-imperialismo para “configurar a classe trabalhadora e a própria sensibilidade social nacional para as novas condições psicofísicas da divisão internacional do trabalho, nas quais o Brasil passa a atuar como ‘parceiro’ do capital-imperialismo” (FONTES, 2012, p. 348).

A expansão das *políticas de gotejamento* e as ações da *pedagogia do capital-imperialismo*, por meio da pedagogia das competências, fazem parte de um conjunto de estratégias “envolvid[a]s com algum tipo de ‘projeto social’, extremamente reveladoras desse novo quadro geral de oferta educacional que, simultaneamente, expressa e produz novas formas e condições de formação humana em curso” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2012, p. 43).

O estreitamento das relações de empresas como a Petrobrás e a Vale com Instituições Educacionais da Rede Federal consolida o processo de

privatização do conhecimento e de mercantilização dessa mercadoria pelas empresas contribuem para o aprofundamento da subsunção real do trabalhador ao capital.

A análise do PROEJA na região dos Carajás demonstrou como o programa possibilita a garantia de um quadro de trabalhadores para o mercado da informalidade e empreendedorismo, alívio à pobreza, segurança social, controle social e a produção da conformação à luz dos interesses capitalistas e formação para o trabalho simples.

Podemos observar que as primeiras opções de oferta dos Cursos para a classe trabalhadora, com ênfase do eixo Desenvolvimento Educacional e Social, nos municípios de Buriticupu e Açailândia, buscou amenizar as dificuldades de aprendizagens que os alunos teriam em cursos com grau de complexidade mais elevado e, ao mesmo tempo, determinou aos trabalhadores que sua formação está vinculada à incorporação do trabalho simples para o exercício de atividades laborais que demandam conhecimentos de menor complexidade. A concepção da formação para o exercício do trabalho simples é um imperativo na formação de jovens e adultos trabalhadores.

O aspecto positivo que se confere ao PROEJA infere no fato de ter possibilitado o acesso para os trabalhadores há muito tempo fora da escola, o contato com os conhecimentos básicos, a retomada da relação social e subjetiva com a escola, a recuperação da autoestima. Porém, é possível identificar, nas entrevistas concedidas pelos alunos, falas que a formação destinada à classe trabalhadora ainda está longe de lhes conferir emancipação humana (RUMMERT, 2008).

## Considerações Finais

Constatou-se ao longo da pesquisa que o processo de formação para a classe trabalhadora no domínio da EJA tem sido marcado pela aceleração dos conteúdos, fragmentação dos conhecimentos teóricos e práticos e compactação dos conteúdos, pois as entrevistas com alunos e professores evidenciam essa fragmentação dos conteúdos de métodos e das formas de gerenciamento do processo pedagógico e da organização do trabalho no âmbito da escola.

A ampliação cada vez mais diversificada de programas de qualificação para os trabalhadores no âmbito dos Institutos Federais, ora com elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional, ora apenas com cursos de caráter profissionalizante, apresentam como característica comum a distribuição desigual do saber científico e do saber prático, a redução dos conteúdos e do tempo de escolarização. Nesse sentido, os programas

## *A formação de jovens e adultos trabalhadores sob controle dos empresários: o caso do PROEJA no Maranhão*

destinados à formação do trabalhador, conforme relato nas entrevistas, colaboram, na maioria das vezes, para a melhoria da autoestima, elevação da escolaridade e para conferir mudanças no cotidiano da vida, nas relações com as pessoas e com a família.

As ações atualmente em curso, assentadas, de diferentes formas, na lógica dominante, valorizam e exploram modos de ver, fragmentos de concepção de mundo determinados, propiciando àqueles aos quais se destinam a crença no fato de que suas individualidades estão, finalmente, sendo contempladas (RUMMERT, 2008, p. 197).

A perspectiva de desenvolvimento fomentado pela chegada do Instituto Federal aos municípios reforça, conforme Gentili (1998), a promessa da escola integradora, porém a serviço do capital, que amplia a mão de obra qualificada e conduz à intensificação da gestão das relações de trabalho, assim como diminuição de salários, rotatividade dos postos de trabalho e ampliação do mercado da terceirização e da informalidade. Nesta lógica, a escola integradora não desaparece; ela se associa à “promessa da empregabilidade” (GENTILI, 1998) que juntas buscam produzir um alívio à pobreza e às explorações sociais vividas pelos trabalhadores da rota Carajás, conforme destacado no Relato do Encontro Regional Atingidos pela Vale do Rio Doce (PA, MA, TO)<sup>20</sup>:

Os impactos com a construção da ferrovia que atravessa 21 comunidades afetaram principalmente o deslocamento das comunidades. Os problemas causados pelas guseiras. A duplicação dos trilhos não representa apenas outra linha férrea, mas também a desterritorialização do campesinato, o aumento de atropelamentos e os mais diversos transtornos (Relatos, 13 e 14 de junho de 2011).

Em Açailândia somos vítima do mesmo modelo de exploração. A forma de imposição é pressão e convencimento. Tem também a face da violência. É muito importante essa articulação. Vivemos um momento de mercantilização da biodiversidade. É um momento meio que suicida. Temos que nos unir para enfrentar (Relatos, 3 e 14 de junho de 2011).

De acordo com Antunes (2005), o cenário encontrado ao longo da rota Carajás demonstra a existência real de um enorme leque de trabalhadores precarizados ou, como denomina o autor, a existência de um subproletariado, submetido às formas mais viscerais da exploração do capital sobre o trabalho. Este enorme contingente de trabalhadores, ‘pelo seu maior distanciamento do processo de criação de valores, teria, no plano da materialidade, um

<sup>20</sup>Participaram representantes dos estados do Pará (Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Xinguaçu, Outilândia do Norte, Tucumã e Barcarena), Maranhão (Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre e São Luís) e Tocantins (Araguaína e Palmas).

papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas'. Todavia, a condição de subproletariado e de despossuído

[...] os coloca potencialmente como sujeito capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia (ANTUNES, 2005, p. 213).

Nesse sentido, ao longo da estrada de ferro-Carajás, há movimentos sociais organizados<sup>21</sup> que têm denunciado amplamente o abuso do trabalho escravo na região, sobretudo em fazendas onde existem trabalhadores empregados no corte de cana e em carvoarias que alimentam a cadeia de produção das siderúrgicas. No âmbito do mercado de trabalho em que se detém esta pesquisa, os empreendimentos guseiros e a atuação da Vale na região dos Carajás, a terceirização, os subcontratos e os contratos temporários são assimilados na dinâmica interna das relações de trabalho e nas modalidades de trabalho cada vez mais desregulamentadas no mercado de minério.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo, destaca-se o fato de que os dois *Campi* em estudo estão significativamente mobilizados para as atividades de um novo programa, o PRONATEC<sup>22</sup>. O PROEJA têm se diluído silenciosamente, ocupando o lugar de menor importância na miríade de programas que atualmente compõem o cenário educacional dos Institutos. Com um aporte de recursos insignificante, ele perdeu espaço para o PRONATEC, “o primo rico do PROEJA”. Face a essa realidade, o quadro de diversidade de ofertas formativas produz a colisão entre os programas: um atravessa o trabalho pedagógico do outro. Sem profissionais suficientes para atender a quantidade diferenciada de programas no interior dos Institutos, alguns desses programas roubam a cena, enquanto outros vão ocupando o lugar do esquecimento. Sendo assim, aqueles com maior aporte de recursos tornam-se mais sedutores. Conforme Rummert (2009, p. 211), esse quadro fragmentado de ações para a classe trabalhadora, no qual se inscreve a regulação da oferta da educação por parte do Estado, “materializada em diferentes oportunidades, constituem, também, clara expressão do processo de modernização conservadora”.

<sup>21</sup>Tais como: Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Justiça nos Trilhos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores e de Moradores - estudantes e professores universitários dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, movimentos de trabalhadores rurais, Fórum Carajás, organizações não governamentais, a exemplo do Centro de Defesa da Vida.

<sup>22</sup>Em curso desde 2012 na rede federal, este programa visa, por meio de cursos de curta duração, certificar jovens matriculados no ensino médio, assim como a formação inicial e continuada de trabalhadores. Para isso, paga o valor correspondente a R\$ 50,00 hora/aula<sup>24</sup> aos docentes do IFMA, valor de equivalência nacional, independentemente da titulação destes. Com este valor hora/aula, um docente que ministra uma disciplina de 60 horas, recebe, ao final do curso, o valor de R\$ 3.000,00<sup>24</sup>. O Programa integra as ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e prevê o alcance de 8 (oito) milhões de vagas para formação profissional até 2014 (BRASIL, 2011, p. 23).

Sob a clara opção do Estado por uma formação marginal e subalterna para a classe trabalhadora, com reforço ao treinamento acelerado, reduzido e utilitário, e com acesso mínimo ao conhecimento elaborado, podemos observar “a ampliação de diferentes simulacros de ofertas educativas, sob aparência enganosa de democratização da educação de *qualidade*” (RUMMERT, 2011, p.150). O espaço do PROEJA no IFMA, diante dos “simulacros de ofertas” (idem), fica cada vez mais diluído na invisibilidade, sem um lugar que lhe confira importância. O programa já ocupa no PDI do IFMA (2009-2013) a projeção para ampliação de sua oferta na modalidade educação a distância. De acordo com Barreto (2010), essa modalidade é uma estratégia central nas políticas educacionais do Estado, introduzindo o movimento aparentemente contraditório de expansão-redução.

A esse respeito, Gramsci (1995) destacou, à sua época, que este novo tipo de escola foi louvada socialmente e apareceu revestida de democracia. Porém, elas são destinadas a perpetuar diferenças que constroem a marca social da escola, a dualidade estrutural. Neste caso, a “multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer à impressão de possuir uma tendência democrática” (GRAMSCI, p.137).

Assim, o PROEJA, um programa que nasce encoberto de uma área de inovação no campo das políticas para educação de jovens e adultos no país - por vezes nomeado de *política pública para EJA*, e não como um programa, e apresentado pelo MEC “como um programa governamental que pretende transformar-se em *política pública inovadora e de caráter estratégico para a redução das desigualdades sociais*” - passou a ocupar o espaço da invisibilidade nas instituições escolares, sobretudo nos Institutos Federais, atualmente concentrados no mais novo “programa inovador” na formação para o controle da classe trabalhadora, o PRONATEC.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Educação Profissional**. Brasília, SETEC, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao\\_plano.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2011.

CARNEIRO, M. S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro gusa em Açailândia. In: CONCEIÇÃO, F. G. (org.) **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís. Comissão Pastoral da Terra, 1995.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Unesp, Brasília: Flacso, 2005a.

FRANCO, M. Ciavatta. Fábula da nova República: Criação de duzentas escolas técnicas. In.: **Caderno CEDES.** O Ensino de 2º grau: Trabalho e educação em debate. Ed. Cortez, São Paulo: 1988 n.º 20, p. 36-47.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo, Ed. Global, 2008.

FILGUEIRAS, L *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2010.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

MARX, K. **O Capital: crítica à economia política.** Livro I. Tradução Reginaldo Sant`Anna. 30ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2012.

MORAIS, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Maranhão, 2007. 232 p.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie In: **Anais II Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**, Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2009 – 2013. Maranhão, jun. 2009.

*A formação de jovens e adultos trabalhadores sob controle dos empresários: o caso do PROEJA no Maranhão*

RODRIGUES, J. S. **O moderno príncipe industrial**: O pensamento moderno da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação In: **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, 2008. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. A modernização conservadora como marca da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil In: RUMMERT, S. M.; CANÁRIO, R.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal**. Editora UFF, Niterói, 2009.

RUMMERT, S.; ALGEBAIL, E.; VENTURA, J. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo In: SILVA, M. M. da; EVANGELISTA, O.; QUARTIERO, E. M. (Org.). **Jovens, Trabalho e Educação**: A conexão subordinada de formação para o capital. 1ª Ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012, v. 1, p. 15-70.

*Recebido em: 26/02/2014*

*Aprovado em: 17/07/2014*

